

Argumentação: da Idade Média ao Século XX

Esther Gomes de OLIVEIRA
Universidade Estadual de Londrina

*[...] a linguagem é um drama em
que as palavras figuram como atores.*
(BRÉAL, 1992, p. 157)

Resumo: Neste artigo, enfatizamos a importância das pesquisas vinculadas ao complexo domínio da argumentação e apresentamos um trajeto histórico, avaliando, com fundamentação científica, os principais pontos norteadores da Retórica greco-latina, que se dedicou à arte de convencer e às técnicas da discussão; e das Novas Retóricas, que privilegiam a linguagem como um ato de persuasão e incentivaram o surgimento da Semântica Argumentativa.

Palavras-chave: argumentação, retórica, linguagem.

Abstract: In this article, emphasis is placed on the importance of scientific investigation associated with the complex dominium of argumentation, and a historical route is provided aimed at evaluating, under scientific principles, the key issues of greek-latin Rhetoric, which was devoted to the art of convincing and to the techniques of discussion; and the New Rhetoric studies which focused on language as an act of persuasion so encouraging the birth of Argumentative Semantics.

Key words: argumentation, rhetoric, language.

Resumen: En éste artículo, damos énfasis a la importancia de las investigaciones científicas vinculadas al complejo dominio de los argumentos y presentamos un trayecto histórico, evaluando, con fundamentación científica, los principales puntos norteadores de la Retórica greco-latina, que se dedicó al arte de convencer y a las técnicas de la discusión; y de las Nuevas Retóricas, que privilegiaron el lenguaje

como un acto de persuasión y incentivaron el surgimiento de la Semántica Argumentativa.

Palabras clave: argumentación, retórica, lenguaje.

Introdução

Os estudos sobre a argumentação passaram por inúmeras fases, percorreram um longo caminho que teve duração de muitos séculos, desde as reflexões de Aristóteles, no século V a.C..

Em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2003), apresentamos o nascimento da argumentação e o seu caminhar até o final do século II. Para esta pesquisa, focalizaremos os estudos retóricos a partir da Idade Média, culminando na Semântica Argumentativa no final do século XX.

1 A Argumentação na Idade Média

Nos primeiros séculos da época medieval, tanto a gramática quanto a retórica estão imbricadas com as artes liberais, “[...] a escola a conserva como ‘legado de autoridade’.” (CURTIUS, 1996, p. 100).

A retórica medieval caracterizou-se pela escassez de um acompanhamento filosófico e pelo aumento de uma tendência mais ornamental; nesta época predominou o texto poético e houve uma retomada de Homero e Virgílio como autoridades na arte retórica.

Neste período, dois importantes grupos de estudos são constituídos: o quadrivium e o trivium. O primeiro, de nível superior, compreendia assuntos de tratamento matemático: aritmética, geometria, música e astronomia; o segundo, de nível inferior, compreendia a gramática, a dialética e a retórica.

No início do século VI, Flavio Magno Aurélio Cassiodoro (480-575), político e escritor latino, ainda cultivava os últimos lampejos da antiga retórica ao escrever as suas *Institutiones divinarum et saecularium litterarum*, epístolas escritas atendendo ao pedido do rei. Dedicou uma pequena parte à retórica e adaptou os antigos conceitos de memorização e recitação do discurso ao uso litúrgico dos monges. Sua obra foi considerada o primeiro manual cristão da sabedoria eclesiástica e das artes profanas.

Santo Isidoro (560-636), arcebispo de Sevilha e doutor da Igreja, escreveu um tratado sobre as *Etimologias*. Dedicou uma parte considerável da obra à retórica, com ênfase no discurso forense e na doutrina das figuras e, ao apresentar uma grande variedade de exemplos poéticos, transformou sua obra em um verdadeiro manual estilístico para a época.

Na Alta Idade Média (século V a século XI), dois nomes foram os expoentes dos estudos retóricos, voltados para o gênero epistolar: São Jerônimo e Santo Agostinho. São Jerônimo (347-420) fez a escola latina, aprendeu hebraico e grego e elaborou a tradução da Bíblia para o latim, denominada *Vulgata*. É considerado o pioneiro da moderna ciência bíblica e um excelente filósofo. Santo Agostinho (354-430), considerado um pensador e não um erudito, foi mestre de retórica e discípulo dos platônicos; para ele, todo trabalho cultural deve estar a serviço da fé; reconheceu na Bíblia uma retórica muito particular, repleta de obscuridades, pois, considerava que as palavras da Bíblia não-relacionadas imediatamente com a moral e a fé tinham sentido oculto.

Na obra *De doctrina christiana*, Agostinho elaborou um estudo detalhado da Bíblia e, no início da Idade Média, essa obra foi mais importante do que propriamente as idéias gerais do autor. Agostinho realizou, também, um estudo minucioso sobre a relação entre *scientia* e *sapientia*, que influenciou largamente as reflexões da Idade Média.

No século XI, a retórica enveredou por novos caminhos, converteu-se em uma teoria de *ornatus* nas poesias didáticas, e a composição de cartas e documentos passou a ser uma necessidade para as chancelarias reais e eclesiásticas, transformando a retórica em epistolografia e distanciando-a da educação tradicional; tem-se, agora, a *ars dictaminis* ou *dictandi*, um novo nome para caracterizar a nova arte.

No século XII, concomitante com a *ars dictaminis*, permaneceu a retórica como parte integrante de toda a cultura, influenciando o humanismo da escola de Chartres, centro francês de estudos filosóficos, teológicos e científicos. A retórica, portanto, caracterizou-se, nesta época, pela conciliação entre o pensamento de Aristóteles e o de Platão, considerado a maior autoridade para a escola, a qual propôs uma associação entre as ciências do trivium e do quadrivium. Seu principal representante foi João de Salisbury (1115-

1180), escritor medieval inglês, que estudou dialética e teologia em Paris e escreveu a primeira análise orgânica da obra lógica de Aristóteles, uma vasta correspondência (restam 339 cartas) e as biografias de Santo Anselmo e São Tomás Becket.

João de Salisbury foi um humanista cristão de espírito crítico e estilo elegante, considerado um dos autores mais eminentes e lidos do século XII; concebeu a retórica como uma união fecunda entre a razão e a palavra. Escreveu *Metalogicon*, *Entheticus* e *Polycratus*. A primeira é um tratado sobre o valor e a utilidade da lógica e, também, uma defesa contra a juventude que estava descontente com o ensino escolar tradicional; propôs a não separação da teoria retórica dos estudos filosóficos, para não acarretar o fim da cultura superior do espírito (*omnia liberalia studia*). Reforçava, dessa forma, os princípios de Cícero, de que a Razão e a Oração (*ratio* e *oratio*) devem, juntas, constituir a base da moral e da sociedade. A segunda obra foi, como a *Metalogicon*, uma defesa contra a nova tendência, ou seja, o desprezo pela gramática e pela retórica apresentadas pelo ensino tradicional. A terceira obra é um tratado sobre política e moral, onde o autor, preocupado com os problemas da época, defendeu as doutrinas da reforma eclesiástica gregoriana e descreveu, com variedade e espírito satírico, os intelectuais de seu tempo.

Em 1150, o espanhol Dominicus Gundisalvi (Gundissalinus), em sua obra *De Divisione Philosophiae*, priorizou duas disciplinas do trivium medieval, a gramática e a retórica, não concedeu atenção para a dialética e acrescentou a poética à retórica. A escola e a Igreja apoiavam o ensaio da poesia latina, suas formas métricas, seus gêneros e ornatos, enfim, uma poética.

Os três gêneros retóricos: judiciário, deliberativo e epidítico influenciaram a poesia da Idade Média, com maior ênfase no último deles.

Nos séculos XII e XIII, as obras especializadas em poética haviam se separado dos três gêneros; contudo, as obras de Cícero, de Sêneca, o Antigo, e de Quintiliano ainda despertavam o interesse dos leitores. O discurso forense, por exemplo, nunca desapareceu, principalmente na Itália, berço da jurisprudência.

O gramático Eugênio Vulgário, no ano 900, mais ou menos, escreveu, em Nápoles, um poema didático cujo tema era a

retórica forense. Anselmo de Besate, por volta de 1050, debateu sobre um caso litigioso fictício em sua obra *Retorimachia*. Na Itália, portanto, houve um entrelaçamento do estudo do direito com o da gramática e da retórica.

O discurso deliberativo foi pouco cultivado na Idade Média. Nas escolas, eram concebidos temas, não muito ligados à realidade, fictícios.

Questões de interesse geral eram discutidas, como a de saber se devemos ou não casar. Na Idade Média, sob a alegação da maldade das mulheres, prevalece a resposta negativa, daí resultando um discurso persuasivo (*dissuasio*). (CURTIUS, 1996, p. 208)

O discurso epidítico foi, indubitavelmente, o que mais inspirou a poesia medieval, já que seu intuito primordial é o elogio. Segundo a enumeração de Curtius (1996), vários são os objetos que foram elogiados: “deuses, homens, países, cidades, animais, plantas (loureiro, oliveira, roseira), estações do ano, virtudes, artes e profissões.” (CURTIUS, 1996, p. 208). A extensão dos temas laudatórios demonstra que a retórica epidítica estava intimamente ligada à poesia, pois esta favorece os grandes louvores.

A exaltação dos seres humanos correspondia a glorificar os representantes da nobreza: príncipes, condes, duques, soberanos; aos representantes eclesiásticos: santos, príncipes da Igreja, teólogos, arcebispos, bispos, abades; antepassados heróicos, mártires; poetas, literatos.

Para a poesia do período medieval, não era uma questão fundamental explorar o mérito de seu tema, apenas devia ser exaltado o objeto em questão, aliás, uma das características básicas do gênero epidítico.

2 A Argumentação no Renascimento

A retórica esteve presente, durante o Renascimento, no ensino de todos os ciclos escolares de protestantes, jansenistas e jesuítas.

No entanto, é nesse período que começa o declínio da retórica. As novas idéias vão dar-lhe o golpe mortal, rompendo o elo entre o argumentativo e o oratório, que lhe davam força e valor. (REBOUL, 1998, p. 79)

Pedro Ramus (Pierre de la Ramée, 1515-1572) é considerado um dos responsáveis por tal separação, pois desmembrou a dialética, arte da argumentação racional, da retórica, reduzida aos estudos da ornamentação e das expressões agradáveis, privilegiando a elocução. E, segundo Moisés (1978), a retórica da Renascença preocupou-se com a elocução, diferentemente da Idade Média que privilegiava, além da elocução, a invenção e a disposição. Dois complexos assuntos eram estudados nesse período: as figuras de linguagem (como construir o pensamento) e os tropos (como mudar o sentido das palavras).

Em 1492, a Retórica foi instituída, na Universidade de Lisboa, como uma disciplina autônoma. Textos clássicos, principalmente de Cícero, eram traduzidos e comentados. Pouco tempo depois, já era ministrada em todas as escolas de Portugal. Tratados de Retórica surgem escritos por humanistas portugueses, ressaltando-se o *De Arte Rhetorica* (1562) do Padre Cipriano Soares. Os estudos retóricos saíram do âmbito da gramática e da literatura e influenciaram, também, outras artes.

3 A Argumentação na Idade Contemporânea: Séculos XVIII e XIX

Portugal, no século XVIII, assistiu a um verdadeiro renascimento da retórica, originário dos programas culturais disseminados pelas academias, pois, das reuniões acadêmicas, resultaram várias publicações que mostraram o grande interesse pelas questões retóricas, como, por exemplo, as seguintes obras:

- *Nova arte de conceito, que com o título de Lições Acadêmicas, na pública Academia dos Anônimos de Lisboa, ditava e explicava* – de Francisco Leitão Ferreira, em dois volumes, 1718 e 1721;

- *Sistema Retórico, causas da eloquência ditadas e dedicadas à Academia dos Anônimos de Lisboa, por um anônimo seu Acadêmico* – de Lourenço Botelho Sotomayor, em 1719.

Um outro motivo desse fortalecimento foi a tradução comentada das obras de Quintiliano, elaborada por Jerônimo Soares Barbosa, Pedro José da Fonseca, Francisco José Freire, e outros. No entanto, no início do século XIX, as pesquisas começam a ficar mais escassas e, em 1868, o ensino da disciplina é definitivamente abolido das escolas portuguesas.

No Brasil, do século XVI ao XVIII, o ensino de Retórica preocupou-se com a preparação de sacerdotes da Companhia de Jesus, tendo sido fundada uma escola de Retórica e Poética, em 1782, pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos. As duas disciplinas continuam juntas durante o século XIX e declinam no começo do século XX.

Com o advento do Romantismo, no século XIX, há uma reviravolta de valores, pois

[...] Com a valorização do individual e repúdio de normas estabelecidas e da imitação como princípio artístico, a retórica cai em desprestígio, passa até a ser ridicularizada. Muito contribuiu para isso a obsessão da nomenclatura, da classificação pela classificação, que fazia do texto literário um pretexto para a identificação e denominação das figuras, com prejuízo da emoção e do prazer que ele deveria proporcionar. (MARTINS, 1989, p. 19)

4 A Argumentação no Século XX

A Retórica, desde os seus primórdios, trilhou um caminho repleto de altos e baixos, presenciou momentos de glória e momentos de pessimismo, assistiu à transfiguração, de tempos em tempos, do seu objeto de estudo: as cinco partes do discurso, os três grandes gêneros, os inúmeros tropos e figuras. E, após atravessar dois mil anos, adentra ao século XX, para um verdadeiro renascimento, pois, “hoje em dia, são a Estilística, a análise do discurso, a própria Lingüística que retomam, numa perspectiva diferente, os problemas que constituíam o objeto da Retórica.” (DUCROT; TODOROV, 1972, p. 80).

4.1 A Estilística

O século XX inicia-se, portanto, com o surgimento de uma nova ciência, postulando a existência de todo um domínio de pesquisas que a antiga retórica tinha parcialmente ocupado: a estilística. Para Guiraud:

A retórica é a estilística dos antigos; é uma ‘ciência do estilo’, tal como então se podia conceber uma ciência.

A análise que nos legou do conteúdo da expressão corresponde ao esquema da ‘lingüística moderna’: língua, pensamento, locutor. As figuras de dicção, de construção e de palavras definem a forma lingüística em seu tríplice aspecto fonético, sintático e léxico; as figuras de pensamento, a forma do pensamento; os gêneros, a situação e as intenções do sujeito falante. (1970, p. 35)

É um estudo sistemático da linguagem em seus recursos. Embora muitos de seus aspectos possam parecer ingênuos, ganhou estatuto de verdadeira ciência pela amplidão das observações, sutileza da análise, precisão das definições e rigor das classificações. “Considerável é a sua importância, pois reflete não somente uma concepção de linguagem e da literatura, mas também uma filosofia, uma cultura e um ideal intelectual” (GUIRAUD, 1970, p. 35).

Em 1905, Charles Bally (1865-1947), lingüista suíço, publica a obra *Précis de Stylistique (Compêndio de Estilística)* e, em 1909, o *Traité de Stylistique Française (Tratado de Estilística Francesa)*, estabelecendo novos caminhos para a velha retórica.

Para ele,

[...] a estilística estuda o valor afectivo dos factos lingüísticos organizados, chamava a atenção para o estilo enquanto introduz na mensagem, não só o que o locutor comunica, mas também a maneira pela qual é afectado por aquilo que tem a dizer e igualmente pela maneira como procura afectar o seu ouvinte a propósito daquilo que tem a dizer. (MOUNIN, 1968, p. 154)

No seu entender [de Bally], a Estilística não tem por fim estudar os meios intencionalmente empregados pelo sujeito emissor com o objetivo de produzir emoções estéticas no sujeito receptor;

ou seja, com o intuito de produzir 'literatura'. A sua meta é diferente: o que ele procurava investigar são os recursos da língua (e não do escritor) de caráter afetivo. Esses recursos, tais como o de caráter conceitual, desdobram-se ao longo das tradicionais divisões da Gramática: Fonética, Morfologia e Sintaxe. Há, pois, uma Fono-Estilística, uma Morfo-Estilística, uma Sintático-Estilística e até uma Semântico-Estilística. Trata-se, insistamos, de processos inerentes a determinada língua e não decorrentes da deliberada atividade artística. (ELIA, 1978, p. 53)

Bally desenvolveu, em sua Estilística, o conceito de expressividade, domínio em que se situam as tonalidades emotivas, a ênfase, o ritmo, a simetria, a eufonia e os elementos evocativos circunscritos aos registros familiar, formal ou vulgar, refletindo as situações nas quais se atualizam.

A Estilística descritiva de Bally privilegiou a análise das funções da linguagem, primordialmente a função expressiva, realizando um estudo das figuras em bases mais científicas do que o inventário da antiga retórica.

Ao lado dos trabalhos produzidos por Bally, Karl Vossler (1872-1949), lingüista e crítico literário alemão, publicou, em 1904, a obra *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft (Positivismo e Idealismo na Ciência da Linguagem)*, abrindo novas perspectivas para interpretação crítica dos estudos literários baseado nas idéias do filósofo italiano Benedetto Croce, cujo fundamento principal é de que a arte deve expressar a intuição que é uma forma de conhecimento; desse modo, a Estilística de Vossler integra a língua no domínio da Estética.

A obra de Croce, *Estetica come Scienza dell'Espressione e Linguistica Generale*, publicada em 1902, foi o ponto de partida para que Vossler construísse seu arcabouço teórico, transportando para a Lingüística toda a subjetividade que emana da nova ciência da expressão (expressimos verbalmente todas as nossas intuições), pois a "Estética é inclusive Lingüística, mas Lingüística do momento criativo da linguagem" (ELIA, 1978, p. 54).

A Estilística do indivíduo de Vossler contribuirá para um novo campo de estudo designado de Literary Stylistics ou Stylistic Criticism, voltado para a obra literária e totalmente contrário aos métodos até então abordados, pois as pesquisas lingüísticas estavam

voltadas para as causas históricas da evolução das línguas, ou seja, o estudo histórico-comparativo.

A escola idealista alemã de Vossler, contrapondo-se ao positivismo racionalista da época e à Estilística lingüística de Bally,

[...] nega-se a ver nos fatos um fim em si, a estabelecer relações de causa e efeito entre fenômenos considerados isoladamente, os quais não têm existência por si próprios, senão enquanto manifestação de uma ordem superior dentro da qual possuem uma função. A linguagem é algo mais que um objeto suscetível de ser examinado, analisado e considerado em suas partes: constitui a expressão de uma vontade. Da mesma maneira, um edifício não é apenas a soma de suas partes ou dos materiais que o integram, mas a criação de um espírito que o desejou, concebeu e realizou. Por conseguinte, é em suas relações com esse espírito, isto é, em seu estilo, que deve ser analisado. (GUIRAUD, 1970, p. 58)

Coexistem, portanto, no início do século XX, duas disciplinas estilísticas que desejam preencher o vazio deixado pela Retórica: a estilística da expressão (Bally) e a estilística do indivíduo (Vossler). A primeira privilegia as relações da forma com o pensamento, o fato lingüístico considerado em si mesmo, é descritiva, concebe as estruturas e o seu funcionamento dentro do sistema da língua, equivale à elocução da antiga retórica; a segunda enfatiza as relações da expressão com o indivíduo ou determinado grupo social, não é um estudo normativo, é genético, privilegia a expressão em consonância com o seu falante, determinando suas causas.

Segundo Guiraud (1970), a estilística, a partir do momento em que deseja alcançar o status de uma ciência da expressão, é uma retórica, mas é uma retórica alicerçada em uma nova concepção da função da linguagem e da literatura, expressando o homem e as suas relações com o mundo. “O estilo é o homem, novo postulado a partir do qual se define nova retórica, retórica não-euclídeana, quero dizer, não-aristotélica” (GUIRAUD, 1970, p. 65).

E para Elia (1978, p. 89), “A antiga Retórica também não se há de confundir com a Estilística, pois, enquanto esta é descritiva aquela é prescritiva (= arte de persuadir).”

As duas tendências, a de Bally e a de Vossler, configuram, atualmente, algumas dicotomias: estilística lingüística/estilística literária, estilística do código/estilística da mensagem, estilística da expressão/estilística genética, que, na realidade, apenas corroboram a perenidade da antiga retórica.

4.2 A Nova Retórica

O século XX, depois de assistir ao aparecimento das teorias estilísticas de Bally e Vossler, presencia um verdadeiro processo de revalorização da Retórica, pois a segunda metade desse século é marcada pelos estudos sobre a argumentação, reflexões que perpassam pelos vários ramos do campo da linguagem: Nova Retórica, Análise do Discurso, Pragmática, Análise da Conversação, Teoria dos Atos de Fala, Teoria da Enunciação e Semântica Argumentativa, entre outros.

De fato, a Retórica tem sido colocada à prova pelos mesmos princípios que a nortearam internamente e que fazem com que ela reflora sempre: aceitação da mudança, o respeito à alteridade e a consideração da língua como lugar de confronto das subjetividades. (MOSCA, 1997, p. 17)

Em 1958, Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, da Escola de Bruxelas, publicaram a obra *Traité de l'argumentation - La Nouvelle Rhétorique*, postulando uma volta à Retórica aristotélica e defendendo a teoria de que não deve haver fundamentações teóricas baseadas na razão absoluta, já que fatores de toda ordem (sociais, psicológicos etc.) contribuem para que o ato de comunicação possa alcançar plenamente seu objetivo. Os autores procuram, dentro da linguagem, descobrir os elementos de persuasão capazes de justificar uma comprovação do tipo argumentativo ou persuasivo, não há a pretensão de conseguir uma conclusão necessária ou irretorquível, mas obter a adesão do interlocutor a uma tese que lhe é proposta; enfim, é uma argumentação que não força, que não é constrangedora.

O *Traité* rompeu com a concepção de razão e de raciocínio do cartesianismo, que vigorou durante três séculos no pensamento ocidental e privilegiou “a argumentação, que raciocina sem

coagir, mas que também não obriga a renunciar à Razão em proveito do irracional ou do indizível” (MEYER apud PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. XXI).

Para os autores, a argumentação significa, portanto, levar a crer, é um ato de persuasão que necessita de técnicas próprias imbricadas no discurso, induzindo e mostrando, convenientemente, o argumento que vai provocar a adesão do interlocutor.

Osakabe (1979) refere-se a duas retóricas: uma, antiga, conforme foi definida por Aristóteles; e a outra, moderna, conforme foi proposta por Perelman (1996), que

após três séculos de cartesianismo, só pode ser interpretada como um questionamento do próprio cartesianismo. [...] Essencialmente o autor redefiniu a retórica [...]. A contribuição das duas retóricas para o estudo da linguagem parece bastante importante. (p. 157 e 164)

Em 1964, Roland Barthes (1915-1980), professor na École Pratique des Hautes Études, dedicou seu curso a um estudo da *Retórica* de Aristóteles e afirmou que “a retórica deverá ser repensada em termos estruturais. [...] é objeto de um trabalho em andamento.” (apud DUBOIS et al., 1974, p. 16)

Em 1970, alguns professores da Universidade de Liege, Bélgica, publicaram a obra *Rhétorique Générale*. Os autores – J. Dubois, F. Edeline, J. M. Klinkenberg, P. Minguet, F. Pire e H. Trinon –, denominados Grupo Mí, empreenderam uma reflexão lingüística sobre a antiga retórica, elaborando uma descrição das figuras ou metáboles, “todo tipo e mudança de um aspecto qualquer da linguagem” (DUBOIS et al., 1974, p. 39).

As metáboles, classificadas em metaplasmos, metataxes e metassememas, tratam das alterações do código e os metalogismos explicitam as alterações no domínio do conteúdo referencial.

A retórica, enquanto teoria das figuras, foi redescoberta pela lingüística estrutural; Roman Jakobson, um dos primeiros, chamou a atenção para o valor operatório de conceitos já elaborados por Aristóteles. Em homenagem a esses dois testemunhos, foi muito natural escolhermos por sigla a inicial

do nome que designa, em grego, a mais prestigiosa das metáboles.
(DUBOIS et al., 1974, p. 13)

Os caminhos abertos pelas Neo-Retóricas demonstraram uma premência nos estudos da linguagem de se reavaliar em noções fundamentais e de se desenvolver novos campos, almejando o progresso e o fortalecimento da teoria da argumentação.

Continuando a trajetória histórica da argumentação, chegou-se à Lingüística que, depois de sua fase inicial caracterizada por um estudo um tanto quanto restrito do objeto língua e de um sujeito passivo, com predominância de um caráter histórico, abarca, para o seu domínio, o segundo elemento de uma das principais dicotomias saussureanas: a fala (*parole*). Esse deslocamento, reunindo o discurso e as ligações da língua com o homem e a sociedade, culminou no que se passou a chamar Teoria da Enunciação, cujo pioneiro foi Émile Benveniste (1902-1976), lingüista francês que, em 1970, escreveu o artigo intitulado *L'Appareil Formel de l'Enunciation*, publicado na revista *Langages*.

Benveniste desenvolveu uma teoria na qual incluiu a intersubjetividade e, ao reconhecer a necessidade de explorar os elementos envolvidos no ato de produção de enunciados, o quadro enunciativo, antecipou um caminho que, pouco depois, resultaria na Lingüística da Enunciação, pois, segundo Pêcheux (1982, p. 6):

The last tendency could be called th 'linguistics of parole' (of 'enunciator', of 'performance', of the 'message', of the 'text', of 'discourse', etc); in this tendency certain preoccupations of rhetoric and poetics are reintroduced, via a critique of communication. This leads to a linguistics of style as deviation, transgression, disruption, etc., and to a game between partners. (In a particular Roman Jakobson and Emile Benveniste, Oswald Ducrot, Roland Barthes, Algirdas Julien Greimas and Julia Kristeva).

Portanto, as mais recentes investigações lingüísticas colocaram a problemática da enunciação na análise da linguagem, desenvolvendo uma nova concepção: uma teoria da linguagem como produção, isto é, um campo de questionamento mais abrangente, que capte a multiplicidade dos fenômenos instaurados na língua e a partir da língua.

Sendo assim, a enunciação, o discurso, o texto e, conseqüentemente, a subjetividade da linguagem têm, agora, uma existência reconhecida; os conceitos da Lingüística Estrutural foram extrapolados, surgindo uma Lingüística da Enunciação.

A preocupação com a relação entre interlocutores do discurso, com a totalidade discursiva enquanto ato lingüístico, com os efeitos desse ato lingüístico e com o mecanismo desse mesmo tipo de ato constitui ponto de convergência entre a Retórica e a chamada Lingüística da Enunciação [...]. (OSAKABE, 1979, p. 191)

Na década de 80, um dos objetivos principais dos estudos lingüísticos, devido à Lingüística da Enunciação, é a argumentação. Os mecanismos que interagem dentro da realidade discursiva, levando-se em conta os aspectos cognitivos e informativos da linguagem, propiciam um campo de pesquisa vastíssimo, sendo responsáveis por uma multiplicidade de teorias argumentativas.

Essa longa trajetória, percorrida pelos estudos sobre argumentação, propiciou o nascimento de uma das áreas mais efervescentes da linguagem, a Semântica Argumentativa, daí a necessidade de mostrar, panoramicamente, os meandros desse caminho.

5 A Semântica Argumentativa

O desdobramento das pesquisas sobre as teorias argumentativas constituíram o respaldo para a atual Semântica Argumentativa, enfatizando o intercâmbio entre os interlocutores na situação discursiva e dos variados fatores intervenientes em um ato de comunicação.

Em 1976, Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe apresentaram sua teoria em um artigo publicado na revista *Langages*, intitulado *L'argumentation dans la langue*:

Cette théorie est développée dans le cadre de la linguistique de la phrase, tant par ses méthodes que par ses problèmes et ses buts. Dans une telle perspective, les concepts d'argument et d'argumentation sont si radicalement redéfinis qu'ils en

deviennent, sous des aspects essentiels, différents des concepts classiques, voire contradictoires. (PLANTIN, 1996, p. 66) (grifo do autor)

Segundo Meyer (1982), existem o Eu e o Outro, dois elementos que não são concebidos separadamente, pois, dentro de uma perspectiva pragmática, o contexto exterioriza as posições desses personagens que se valem de determinadas estratégias, como a ironia, o implícito e o explícito, os pressupostos e outros, estabelecendo o sentido global do texto que, por sua vez, está respaldado em três níveis indissociáveis: o pragmático, o semântico e o sintático. Dentro dessa linha de pesquisa, “Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot falam de ‘semântica ou de retórica integrada?’” (MEYER, 1982, p. 166).

Para os autores, a argumentação está na própria língua e somente a estrutura do enunciado não é o bastante para realizar, totalmente, o seu sentido; mecanismos diversos estão intrinsecamente ligados à própria estrutura semântica da língua.

A Semântica Argumentativa, portanto, considerada uma ramificação da Pragmática, preocupa-se com as relações entre locutor e alocutário em uma determinada situação discursiva, direcionando o sentido do texto por meio de uma grande variedade de procedimentos argumentativos.

Raccah (1995), em seu artigo *Argumentation and natural language: Presentation and discussion of four foundational hypotheses*, inspirado em Anscombre e Ducrot, propôs uma reflexão a respeito da concepção de linguagem e de semântica.

Para Ducrot (1991), argumentação está na língua, é inerente à atividade lingüística e possui marcas que pertencem à própria organização da língua; há estratégias que manipulam, que orientam, argumentativamente, a significação de um enunciado.

A língua, na teoria semântica de Ducrot (1991), não serve apenas para a função comunicativa, mas exerce o papel de revelar, de transmitir o pensamento.

[...] les langues auraient comme origine première l’effort de l’humanité pour représenter la “pensée”, pour en constituer une image perceptible, un tableau: l’acte de parole s’expliquerait alors,

essentiellement, comme l'acte d'une pensée qui cherche à se déployer en face d'elle même pour s'explicitier et se connaître." (DUCROT, 1991, p. 1)

Na Semântica Argumentativa, o sentido de um enunciado direciona a continuidade do discurso, as palavras são colocadas para o destinatário com determinados valores, intrínsecos àquela situação enunciativa e, principalmente, em relação com outros enunciados, contribuindo para o entendimento do texto, através de encadeamentos argumentativos, que resultam na compreensão final do enunciado pelo destinatário:

Convém lembrar que para Ducrot o sentido do enunciado é uma espécie de diálogo cristalizado em que um locutor - responsável pelo enunciado - coloca em cena vários enunciadores. Esses enunciadores representariam, como numa peça teatral, diferentes pontos de vista, diferentes visões da realidade que o espectador pode aceitar ou recusar. (BRANDÃO, 1998, p. 114)

Ducrot considera o locutor (L) o agente da atividade lingüística, diversamente de enunciador (Lo) que é o sujeito da enunciação. O enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor; é o locutor e não o enunciador o responsável pelo material lingüístico, da mesma forma que a personagem de teatro é responsável pelo texto escrito pelo autor.

O locutor é aquele que possui a responsabilidade pelo dizer, pelo ato de fala, pela produção do enunciado, pela forma sonora que atinge um alvo (alocutário, ouvinte) e que provoca uma outra enunciação de volta; o locutor instaura um diálogo com o discurso do alocutário, já que este não é apenas um decodificador, mas sim um elemento ativo, receptor da mensagem, responsável por um contradiscurso; é, portanto, através do locutor que são determinados os caracteres lingüísticos da enunciação.

O enunciador é o sujeito da enunciação, realiza os diversos atos ilocucionários, sua voz está presente na enunciação, mas não lhe são atribuídas palavras exatas, na verdade, ele não fala, mas a enunciação demonstra seu ponto de vista.

Dentro da instância argumentativa, o enunciador quer fazer crer, quer chamar a atenção do enunciatário “dizendo sem ter dito” e este deve captar o verdadeiro sentido, no interior do quadro interpretativo e persuasivo. O locutor, através do enunciado, traça os pontos de vista e as atitudes do enunciador.

A argumentação baseia-se em relações que estão intimamente ligadas à própria estrutura semântica da língua e “tais relações argumentativas não são absolutas [...], um argumento não é uma prova para algo, mas uma razão que é dada ao interlocutor para aceitar uma conclusão” (GUIMARÃES, 1995, p. 50).

A obra de Ducrot está centrada no estudo dos procedimentos indispensáveis que estabelecem os efeitos necessários para direcionar e orientar, argumentativamente, os enunciados. Tais mecanismos são chamados de marcas lingüísticas da enunciação ou da argumentação.

Na década de 60, os estudos sobre as marcas lingüísticas da argumentação despertaram o interesse, também, de um grupo de filósofos ingleses e americanos, que originou a Escola de Oxford: Austin, autor da teoria dos atos da fala e principal representante do grupo, P. F. Strawson, H. P. Grice e J. R. Searle.

Austin desenvolveu sua teoria tomando como ponto de partida a análise de determinados advérbios, que permitem ao falante justificar, desculpar ou eximir-se da responsabilidade de seu ato, pesquisando exemplos do cotidiano, com o objetivo de uma reflexão mais concreta, mais próxima da realidade, respaldando-se no caráter intersubjetivo da linguagem, e chegando a conclusões mais diretamente ligadas ao universo de discurso e à prática cotidiana.

A linguagem, para Austin, é uma prática social; não deve ser analisada por si mesma, deve-se levar em conta os fatores que interferem no seu uso, ou seja, o contexto social e cultural, onde as práticas sociais e os valores culturais são determinantes.

[...] quando examinamos o que se deve dizer e quando se deve fazê-lo, que palavras devemos usar em determinadas situações, não estamos examinando simplesmente palavras (ou seus ‘significados’ ou seja lá o que isto for) mas sobretudo a realidade sobre a qual falamos ao usar estas palavras - usamos uma

consciência mais aguçada das palavras para aguçar nossa percepção [...] dos fenômenos. (AUSTIN, 1990, p. 10)

Esta nova teoria, ao conceber a linguagem como forma de ação, não analisa a sentença, a estrutura da frase, mas sim o ato de fala, o uso da linguagem em determinada situação juntamente com seus efeitos e conseqüências.

No Brasil, as investigações na área da Semântica Argumentativa foram introduzidas por Carlos Vogt, na década de 80, com a obra *O Intervalo Semântico (Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa)*, prefaciada por Oswald Ducrot.

Segundo Fávero e Koch (1983, p. 47), Ducrot e Vogt

sustentam a necessidade de se partir para um 'estruturalismo do discurso', o que implica admitir que a noção de sentido de um enunciado deve ser entendida, por um lado, como função de suas combinações possíveis com outros enunciados da língua capazes de lhe darem continuidade no discurso, isto é, como função de sua orientação discursiva, do futuro discursivo que se abre no momento de sua enunciação; e, por outro lado, como função das relações que o enunciado estabelece com outros pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo, ou seja, que apontam para o mesmo tipo de conclusão: em suma, de um lado, as relações sintagmáticas, de outro, as relações paradigmáticas.

Vogt, na obra *Linguagem, Pragmática e Ideologia* (1989), defende a idéia de uma semântica intimamente ligada à pragmática, ou seja, o fenômeno da significação depende das ligações discursivas que se estabelecem no uso efetivo da linguagem; diferentemente das pesquisas semânticas do início do século que privilegiavam o trabalho com a organização e as propriedades do léxico, caracterizando um trabalho tipicamente paradigmático. Vogt, ao propor que as relações semânticas dependem, também, de fatores pragmáticos, defende a hipótese de que

[...] esta forma de descrição semântica abre-se, preferencialmente, para o sintagmático, sabendo que o risco que corre é o de desembocar nas águas turvas e atraentes do discurso. (1989, p. 7)

A análise semântica, portanto, não está mais circunscrita aos limites de uma catalogação de fatos, mas sim, preocupada, agora, em demonstrar a natureza pragmática intrinsecamente ligada aos fenômenos de um ato de enunciação.

Koch (1984) faz análises pormenorizadas das marcas lingüísticas envolvidas na argumentação, respaldando-se nas teorias de Ducrot, Austin, Searle, Grice e Vogt. Classifica tais marcas em dois níveis:

- a) recursos argumentativos presentes no nível lingüístico fundamental (constitutivos do sentido) - retórica integrada;
- b) recursos retóricos ou estilísticos de segundo nível - retórica aplicada (“acrescentada”).

A pesquisadora considera que a Semântica Argumentativa, ao adotar a argumentação como um fator constitutivo da estrutura de qualquer discurso, pode completar o espaço deixado pelas teorias veiculadas pelas gramáticas de texto.

Desta forma, a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ‘ação sobre o mundo dotada de intencionalidade’, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade. (KOCH, 1984, p. 17)

Segundo a autora, existe uma diferença quanto aos objetivos dos argumentos: um enunciado pode levar o interlocutor a uma conclusão aberta, pública; ou, dependendo das ‘manobras argumentativas’, induzir a uma conclusão “apresentada de forma velada, ou seja, por manipulação.” (KOCH, 1981, p.189).

A Semântica Argumentativa resgata, então, a importância de se estudar o discurso considerando-o uma estrutura formada por três níveis interligados: o sintático, o semântico e o pragmático, objetivando alcançar uma macrossintaxe do discurso, que será detectada ao se examinarem as marcas lingüísticas inscritas na enunciação.

Outro pesquisador brasileiro envolvido com a área da argumentação é Eduardo Guimarães, também na esteira de Ducrot, e que se dedica, principalmente, ao estudo argumentativo das conjunções. Na sua obra *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*

(1987), o autor propõe que a semântica da enunciação deve ser tratada, também, como um fato histórico-social. “E o nosso conceito de história não será o da sucessão cronológica, mas a do passado ou mesmo futuro que se apresenta no presente de uma enunciação” (GUIMARÃES, 1987, p. 24).

Guimarães (1989) define enunciação “como o acontecimento sócio- histórico da produção do enunciado”. E, na obra de 1995, o autor faz uma reflexão dos limites entre semântica e pragmática, embasado na teoria da enunciação.

Na linha dos trabalhos de uma semântica da enunciação, encontramos o que no Brasil temos chamado de semântica argumentativa. [...] Interessa-nos, particularmente, esta semântica por algumas razões [...].

O autor cita três motivos: a) o problema da argumentação tratado lingüisticamente é considerado como uma relação de sentidos na linguagem; b) tal abordagem coloca-se como uma questão enunciativa, isto é, a argumentação considerada como a orientação de um sentido para outro para se chegar a uma conclusão em uma determinada situação enunciativa; c) a argumentação é importante para se refletir a textualidade e a relação entre interdiscurso/língua/enunciação.

O relacionamento homem/mundo está vinculado ao uso da linguagem, caracterizando a atividade comunicativa como uma das principais atividades do ser humano e privilegiando a língua como um instrumento social que, para ser usada em sua plenitude e fazer jus a esse papel social, recorre a determinados procedimentos que são estudados pela Semântica Argumentativa.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia**. A propaganda da Petrobrás. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica:** ciência das significações. Trad. Aída Ferras et al. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. (Edição francesa de 1897.)

CURTIUS, Ernst Robert. **Literatura Européia e Idade Média Latina.** Trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1996.

DESBORDES, Françoise. **Concepções sobre a escrita na Roma Antiga.** Trad. Fulvia M. L. Moretto e Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Literatura Ocidental:** autores e obras. São Paulo: Ática, 1990.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Lingüística.** Trad. Frederico Pessoa de Barros et al. Dir. e coord. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1978.

DUCROT, Oswald. **Dire et ne pas dire:** principes de sémantique linguistique. 3. ed. rev. Paris: Hermann, 1991.

_____.; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem.** 2. ed. Trad. Alice Kyoko Miyashiro et al. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELIA, Sílvio. **Orientações da Lingüística Moderna.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Lingüística textual:** introdução. São Paulo: Cortez, 1983.

GUIMARÃES, Eduardo. (Org.) **História e sentido na linguagem.** Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Os limites do sentido:** um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

GUIRAUD, Pierre. **A Estilística.** Trad. Miguel Maillet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Aspectos da Argumentação em Língua Portuguesa**. 1981. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, São Paulo.

_____. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Trad. Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969.

MACÊDO, Joselice. Percurso da argumentação até a contemporaneidade. In: SANTANA NETO, João Antonio de. **Discursos e análises**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2001.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística**. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1989.

MEYER, Michel. **Lógica, Linguagem e Argumentação**. Trad. Maria Lúcia Novais. Lisboa: Teorema, 1982.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 2. ed. rev. São Paulo: Cultrix, 1978.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____. (Org) **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1997.

MOUNIN, Georges. **Introdução à Lingüística**. Trad. José Meirelles. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. A argumentação na Antiguidade. **Signum**: estudos da linguagem, Londrina, n. 5, p. 201-214, 2002.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.

PÊCHEUX, Michel. **Langage, Semantics and Ideology**. Trad. Harbans Nagpal. London: Macmillan Press, 1982.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.
- RACCAH, Pierre-Yves. Argumentation and natural language: presentation and discussion of four foundational hypotheses. **Journal of Pragmatics**, n. 24, p. 1-15, 1995.
- REBOUL, Oliver. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ROBINS, R. H. **Pequena História da Lingüística**. Trad. Luiz Martins M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- TRINGALI, Dante. **Introdução à Retórica**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- VOGT, Carlos. **Linguagem, Pragmática e Ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1989.